

A. I. N° - 087015.0123/04-5
AUTUADO - MARIA RAIMUNDA SAMPAIO SANTOS DE ITAPETINGA
AUTUANTE - COSME ALVES SANTOS
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 09.02.2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0032-01/07

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sob o valor adicionado no prazo regulamentar. Autuado não elide a acusação fiscal. Infração confirmada. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/09/2004, exige imposto no valor de R\$6.377,00, por ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas no Anexo 88. Notas fiscais requisitadas e enviadas pelo sistema CFAMT, nos meses de outubro de 2001 e junho e agosto de 2002.

O autuado, às fls. 39/40, apresentou impugnação alegando preliminarmente que o processo não contém os elementos suficientes para determinar com segurança a infração, uma vez que nem nos relatórios anexados pelo autuante, este consegue demonstrar que houve irregularidade. Não levou em consideração fatos concretos, palpáveis, tangíveis no espaço e no tempo. Desta maneira, entendeu que o Auto de Infração se constitui num protótipo de violência contra todo direito posto, impondo-se que seja o mesmo declarado insubsistente.

Protestou dizendo que o Auto de Infração foi lavrado sem a observância de todos os pagamentos através dos DAEs e que efetua regularmente o pagamento de todas as antecipações tributárias, nas aquisições de mercadorias oriundas de outros Estados, anexando extratos de pagamentos realizados nos meses de outubro de 2001 e junho e agosto de 2002 (fls. 41/51).

Alegou, ainda, ter havido ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, do processo legal e da legalidade do ato administrativo, citando os arts. 5º LIV, 37 “caput” e 150, I, todos da CF/88.

Requeru a improcedência do lançamento do crédito tributário.

O autuante, à fl. 55, informou ter intimado o autuado a apresentar todos os DAEs relativos aos extratos de recolhimentos bancários juntados à sua defesa, já que somente os DAEs identificam quais notas fiscais constam dos recolhimentos, por constar no corpo dos referidos documentos a

indicação do número das notas fiscais a que se referem. E que a não exibição dentro do prazo da intimação, implicaria na confissão do débito levantado.

Informou, ainda, que ao proceder a fiscalização requisitou e recebeu do contribuinte todos os DAEs que estavam em poder da empresa, anexando aos autos as cópias reprográficas dos mesmos. E que o resultado da fiscalização foi embasado nas notas fiscais requisitadas do CFAMT, cujas notas foram omitidas de suas informações (DMEs).

Opinou pela manutenção da autuação.

Esta 1ª JF, à fl. 63, considerando que os documentos (notas fiscais) foram coletados nos postos de trânsito pelo Sistema CFAMT e não constar dos autos que o autuado tivesse recebido cópia das citadas notas, objeto da exigência do crédito reclamado; deliberou que o processo fosse encaminhado a INFAZ ITAPETINGA, solicitando que fossem adotadas as seguintes providências: a Repartição Fazendária intimasse o autuado, comunicando-lhe da reabertura do prazo de defesa 30 (trinta) dias, entregando-lhe no ato da intimação e mediante recibo, cópias reprográficas das notas fiscais, às fls. 10 a 17 e 19 a 25 dos autos, que se referem aos documentos de aquisição das mercadorias, objeto da exigência do imposto devido por antecipação tributária, além do demonstrativo de apuração da antecipação tributária, à fl. 06 dos autos; também, constasse da intimação que o autuado apresentasse, no prazo acima citado, cópia dos recolhimentos do tributo em relação aos documentos indicados no demonstrativo de apuração da antecipação tributária e notas fiscais recebidas.

Na ausência dos DAEs, fosse elaborado demonstrativo, confrontando os valores recolhidos, mediante extrato de pagamento, emitido pelo Sistema de Informatização da SEFAZ, com as aquisições efetuadas para cada período.

Havendo manifestação do autuado o processo fosse encaminhado ao autuante para prestar informação fiscal.

O autuado, à fl. 66, foi cientificado da reabertura do prazo de defesa, tendo recebido cópia dos documentos indicados na solicitação de diligência, bem como da diligência acima indicada, no entanto silêncio.

Novamente, à fl. 69, o processo foi encaminhado à INFAZ Itapetinga por não ter sido observado parte da diligência e que fosse designado o autuante ou outro preposto fiscal para intimar o autuado a apresentar todas as notas fiscais envolvendo o período, objeto da ação fiscal. De posse dos documentos, elaborasse demonstrativo confrontando os valores recolhidos, mediante extrato de pagamento emitido pela SEFAZ, com as aquisições efetuadas em cada período, envolvendo as notas fiscais colhidas no CFAMT e as informadas através da DME. No ato da intimação ao autuado fosse entregue cópia da presente solicitação.

Em seguida, fosse intimado o autuado, entregando-lhe cópia do resultado da diligência e, cientificando-lhe do prazo de 10 dias, para, querendo, se manifestar. Também fosse dada ciência ao autuante.

No atendimento ao solicitado, o autuante, à fl. 73, informou que o autuado foi intimado apresentando, novamente, a documentação de forma incompleta, ou seja, sem os DAEs de comprovação do recolhimento do imposto, tendo ficado demonstrado o não recolhimento do imposto, já que se refere a notas fiscais coletadas no CFAMT que foram omitidas pelo autuado.

VOTO

Rejeito a nulidade argüida, haja vista que o autuado teve reaberto o prazo de defesa, em 30 (trinta) dias, com o recebimento das cópias reprográficas das notas fiscais, que deram circulação às aquisições das mercadorias, objeto da exigência do imposto devido por antecipação tributária,

bem como, do demonstrativo de apuração da antecipação tributária, à fl. 06 dos autos. Assim, não vislumbro a inobservância das hipóteses previstas no art. 18 do RPAF/99.

Valendo observar que na reabertura do prazo de defesa foram atendidos os dispostos nos art. 46 e 123, do RPAF/99, que estabelece o seguinte:

Art. 46. Na intimação do sujeito passivo acerca da lavratura do Auto de Infração, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo fiscal autuante que não lhe tenham sido entregues no encerramento da ação fiscal e que sejam indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo do Auto, inclusive dos elementos de prova obtidos pelo fisco junto a terceiros de que porventura o contribuinte não disponha.

Art. 123. É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação

Quanto a arguição de inconstitucionalidade, não compete a este órgão julgador a sua apreciação, no termos do art. 167, I, do RPAF/99.

Analisando as peças processuais verifico que foi exigido imposto por falta de recolhimento da antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação.

O sujeito passivo, na sua impugnação, junta extratos de pagamentos emitidos pela SEFAZ, para elidir a acusação fiscal, no entanto, como tais pagamentos não identificam a que operação ou operações se referem, foi intimado a apresentação dos comprovantes dos DAEs, cujos documentos constam a indicação dos números das notas fiscais arroladas no cálculo para o pagamento do tributo, sem, contudo, atender ao solicitado.

Como, da análise das peças processuais, foi verificado que o sujeito passivo não havia recebido cópia das notas fiscais coletadas, nos postos de trânsito, através do CFAMT, o processo foi encaminhado em diligência para reabertura do prazo de defesa, com a entrega de cópias reprográficas das notas fiscais, objeto da exigência do crédito tributário, bem como do demonstrativo elaborado pelo autuante. Também foi solicitado que, na ausência dos DAEs, fosse elaborado demonstrativo, confrontando os valores recolhidos, mediante extratos de pagamentos, com as aquisições efetuadas, em cada período, envolvendo as notas fiscais colhidas no CFAMT e as informadas através da DME, não tendo, o autuado se manifestado quando da reabertura do prazo de defesa, nem atendido a intimações posteriores, para elucidação dos fatos alegados.

Desta maneira, concluo não ter ficado comprovado, pelo autuado, de que as mercadorias arroladas nos documentos fiscais, objeto da exigência do imposto, mediante o presente Auto de Infração tiveram seus impostos recolhidos. Assim, correto o lançamento do crédito tributário, já que, nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sob o valor adicionado no prazo regulamentar.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **087015.0123/04-5**, lavrado contra **MARIA RAIMUNDA SAMPAIO SANTOS DE ITAPETINGA**, devendo o autuado ser intimado para efetuar o

pagamento do imposto no valor de **R\$6.377,00**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de fevereiro de 2007.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – JULGADOR